

ECONOMIA SOLIDÁRIA, SUSTENTABILIDADE E A LUTA DA JUVENTUDE RURAL: Análise da sustentabilidade um empreendimento solidário rural sob as dimensões social, econômica e ambiental

Miguel Bonumá Brunet

Mestre em Sociologia pelo PPGS-UFRGS e Professor de Sociologia do IFBA

miguelbrunet@hotmail.com

GT 6: Agricultura familiar, solidariedade e agroecologia

Resumo

Esta pesquisa analisa a sustentabilidade da experiência de gestão de uma agroindústria de polpa de frutas localizada no assentamento Lulão, sob coordenação do MST, no extremo sul da Bahia. Tal experiência articula o Coletivo de Juventude do Lulão com a gestão deste empreendimento, que possui o potencial de geração de renda associada ao desenvolvimento de agroflorestas nos assentamentos do MST da região. A pesquisa parte do referencial teórico do Ecosocialismo e da concepção de que a Economia Solidária potencializa-se quando conjugada com a luta dos movimentos políticos de transformação da sociedade capitalista. Embasa-se no conceito de Desenvolvimento Local Sustentável, e de sustentabilidade enquanto articuladora das dimensões social, econômica e ambiental para o desenvolvimento dos empreendimentos solidários. Articula, por fim, os resultados com a construção identitária do ator político da juventude rural, que busca melhores condições de vida no meio rural.

INTRODUÇÃO

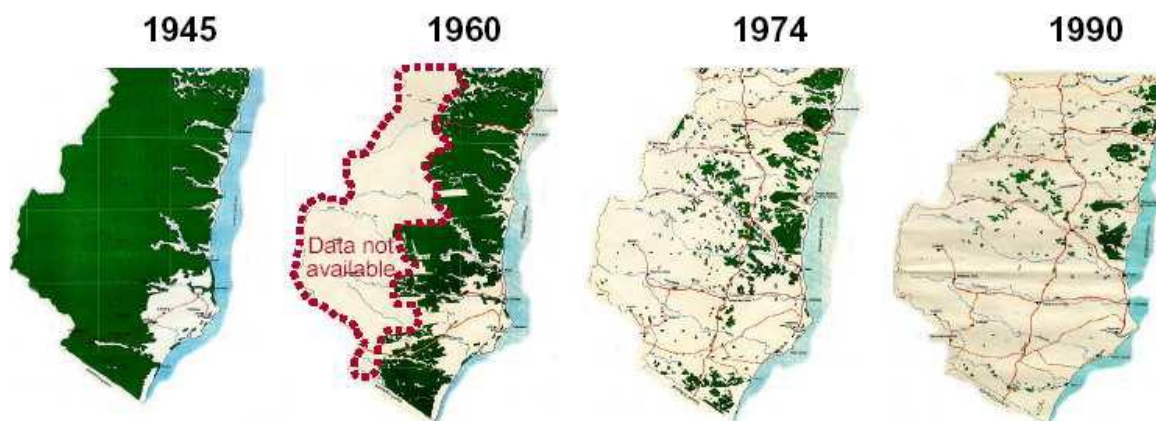
Este artigo versa sobre uma pesquisa realizada entre outubro de 2016 e fevereiro de 2018 na região do extremo sul da Bahia, mais especificamente nos municípios de Eunápolis, Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália. É fruto do compromisso deste pesquisador com a luta pela reforma agrária, e vincula-se diretamente à práxis deste autor junto ao Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra (MST). É uma pesquisa que não busca esconder, portanto, os interesses reais por trás dela, sem o intuito de permanecer ao lado de fazeres científicos que não esclarecem o real interesse que movem as pesquisas acadêmicas, em acordo com a teoria social recente acerca da relação entre ciência, técnica e os interesses reais por trás delas (HABERMAS, 1973).

Neste contexto, a pesquisa tem como tema a análise da sustentabilidade de um empreendimento rural no assentamento Luís Inácio Lula da Silva, mais conhecido como Lulão, nome pelo qual será referido no artigo subsequentemente. O assentamento é localizado no município de Santa Cruz Cabrália, à margem da BR-367, no km 22, e possui dentre sua infraestrutura coletiva – consideradas aquelas que não são gerenciadas individualmente, e sim pelo conjunto dos assentados, na forma de instâncias organizativas, tais como os setores de saúde e educação, ou a Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Assentamento Luís Inácio Lula da Silva – uma agroindústria de produção de polpa de frutas, frutas desidratadas e doces de frutas. O empreendimento conta com equipamentos adequados e atualizados para a produção destes derivados de frutas, como será descrito a seguir, além de contar com uma camionete. Os detalhes do empreendimento serão descritos organizadamente a seguir. Neste momento, importa compreender que o tema da pesquisa enfoca em um empreendimento

solidário rural e seu potencial de sustentabilidade, em diálogo com demandas sociais, culturais, políticas, econômicas e ambientais não apenas do assentamento Lulão, mas do conjunto de assentamentos da Brigada Elias Gonçalves, que inclui outros dois assentamentos: Ojeferson Santos e Milton Santos e mais quatro acampamentos, dentre eles o Paulo Kageyama, no qual fui morador, localizados nos municípios de Eunápolis, Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália.

Cabe um destaque ao contexto socioambiental da região destacada, a qual é palco de grandes mudanças em sua paisagem nas décadas recentes, devido principalmente ao desmatamento para venda de madeira, seguidos da pecuária bovina e do monocultivo de eucalipto em grande escala (CUNHA, 2009). Com a abertura da BR-101, na década de 1970, que atravessa a região do extremo sul baiano de norte a sul, conectando esta com a região sudeste, a venda de madeira principalmente para lenha, mas também para outros fins, passa a ser uma das principais atividades produtivas. Nesta época, observava-se a presença de muitas madeireiras próximas às estradas da região. Com o desmatamento, a facilidade de transporte, além de incentivos privados e governamentais, a pecuária bovina passou a ser uma das atividades mais atrativas para os produtores locais. A agricultura familiar e os povos da floresta são paulatinamente expulsos de uma região que era predominantemente composta por mata virgem até a década de 1960, dando lugar ao latifúndio pecuarista, como pode ser observado na Figura 1, abaixo.

Figura 1 - Mapas da evolução do desmatamento no Extremo Sul da Bahia, Brasil.



Fonte: CUNHA, 2009 apud CEPLAC.

Além da pecuária extensiva, o monocultivo de eucalipto para a produção de celulose é arquitetado para tornar-se alternativa produtiva nesta região desde a década de 1970 (MALINA, 2013). Em 1974 é aprovado o I Plano Nacional para o Setor de Papel e Celulose (PNPC), com a pretensão de gerar uma produção nacional que tornasse o Brasil autossuficiente na produção de celulose e ainda gerar produção em escala para exportação. Em 1977, a região do extremo sul baiano é definida como um dos Distritos Florestais do país, zonas que seriam, a partir de então, foco da monocultura de eucalipto, voltando os interesses das empresas de celulose para esta região. Em 1987 é aprovado o II Plano Nacional para o Setor de Papel e Celulose, que visava dobrar a produção e aumentar as exportações

para equilibrar a balança comercial do país. A partir desta data, a compra de propriedades – inclusive de forma irregular, como descreve Malina (2013) em sua dissertação – para a formação de grandes monocultivos de eucalipto na região do extremo sul baiano vai paulatinamente sendo uma nova realidade, até que, já na década de 2000, a concentração fundiária destas empresas revela-se como um grande problema para os municípios envolvidos.

Um dos episódios históricos que chamaram a atenção para as consequências negativas deste modelo de desenvolvimento na região foi quando a Veracel Celulose, empresa que atua nos municípios em foco nesta pesquisa, foi acusada de deter mais de 25% da área total de dois dos municípios que fazem parte desta pesquisa: Eunápolis e Santa Cruz Cabralia, o que é vedado a empresas estrangeiras, em acordo com o artigo 5º do Decreto nº 74.965, de 26 de novembro de 1975, que regulamenta a Lei nº 5.709 de 9 de outubro de 1971. Podemos verificar dados da concentração fundiária da Veracel Celulose no Quadro 1, abaixo, com dados de 2008, onde é possível perceber que nestes dois municípios a concentração fundiária ultrapassa os 25% previsto tanto em lei, quanto no licenciamento ambiental da Veracel Celulose (MALINA, 2013).

Quadro 1 – Percentual de posse de terra e plantio de eucalipto da Veracel Celulose por Município (2008).

Município	Área total (%) de imóveis	Área total (%) de plantio
Santa Cruz de Cabralia	34,8	18
Eunápolis	33,1	20
Itagimirim	23,5	14,1
Belmonte	19,4	10
Porto Seguro	11	7
Itabela	10,2	7,2

Fonte: MALINA, 2013 apud IMA, 2008b.

Este e outros fatores, tais como o desmatamento irregular de mata atlântica, a ausência de licenciamento ambiental, a expulsão de uma grande massa de agricultores de suas terras, a promessa de empregos que não se cumpriu como prometido, ocasionou, a partir da década de 1990, a eclosão de diversas manifestações contra as consequências negativas deste modelo de desenvolvimento promovido pela Veracel Celulose em parceria com o poder público, que expulsa o agricultor familiar do campo e não gera emprego e infraestrutura suficiente para a nova demanda de moradores nas cidades sede, ocasionando uma série de problemas sociais correlatos nos municípios em destaque (CUNHA, 2009). Mesmo com o licenciamento ambiental da Veracel Celulose, diversas ONGs e movimentos sociais passam a reivindicar uma extensa pauta que varia de questões ambientais a questões sociais. No que se refere ao foco desta pesquisa, os movimentos sociais do campo, dentre eles o MST, passam a ocupar terras improdutivas da Veracel Celulose e de outros latifundiários, reivindicando o direito à terra e a uma vida digna na zona rural.

No caso do assentamento Lulão, este foi fruto de uma luta ocorrida a partir de 2002, reunindo “mais de 1.500 pessoas para a ação de ocupação de terra em área próxima ao entroncamento de

Trancoso, em Porto Seguro, às margens da BR 367” (FELBERG, 2017, p. 2), quando era denominado, neste momento, de Projeto de Assentamento Coroa de Cabrália. Em 2004, esta ocupação estendeu-se às áreas da Veracel Celulose, que passou a ser identificada cada vez mais como o principal inimigo da reforma agrária na região e alvo das ocupações do MST e de outros movimentos sociais do campo. Neste momento seu nome foi mudado para Acampamento Luís Inácio Lula da Silva, e apelidado de Lulão. Em janeiro de 2005, um fato marcante ocorre neste acampamento: a visita de Lula, então presidente, ao acampamento, o que gera força e esperança para a ocupação. Em setembro do mesmo ano ocorre, então, a liberação das famílias para o processo de assentamento nas áreas destinadas aos futuros assentamentos Lulão, Milton Santos e Ojeferson Santos.

A partir de sua fundação, o assentamento Lulão foi gradativamente estruturando-se, visando ao bem estar das famílias assentadas. Em 2014 foi inaugurada a agroindústria de polpa de frutas (Figura 2), fruto do projeto Vida Melhor, uma parceria do Governo Estadual com a Veracel Celulose, que construiu a agroindústria e forneceu curso de capacitação em 1) Gestão de agroindústria e produção de polpas; 2) Capacitação em manejo de SAF e 3) Capacitação em sistema de irrigação aos assentados. Após este projeto, outro, financiado pela Fundação Banco do Brasil e Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES). foi feito para a construção da Casa de Doces (Figura 3), além da aquisição de 1.000 mudas frutíferas para plantio para plantio, além de arar a terra e capacitar para o manejo das frutíferas. “Neste projeto de produção coletiva, 09 hectares são destinados ao cultivo de café colonial, em regime sequeiro, 53 hectares destinados a áreas de pastagens, a exemplo da palma, e 06 hectares para plantio irrigado de goiaba, banana, manga, maracujá, abacaxi e açaí, produtos a serem utilizados futuramente, pela agroindústria.” (FELBERG, 2016, p. 144).

Figura 2 – Agroindústria de polpa de frutas do assentamento Lulão



Fonte: FELBERG, 2016.

Figura 3 – Casa de Doces do assentamento Lulão.



Fonte: FELBERG, 2016.

Neste contexto, a pesquisa teve como objetivo verificar a sustentabilidade deste empreendimento solidário rural, considerando não apenas a dimensão econômica, mas também as dimensões social, cultural, política e ambiental, o que permite observar a relação entre a Economia Solidária e a luta da juventude rural dentre estas últimas dimensões. Como objetivos específicos, é possível apontar: 1) a etnografia e a participação observante realizadas nos assentamentos e acampamentos da Brigada Elias Gonçalves, o que foi feito entre outubro de 2016 e fevereiro de 2018, visando a compreender os significados e símbolos que compõem a teia social destes territórios; 2) o levantamento e análise de dados econômicos do empreendimento, feito como atividade orientada do curso Técnico de Gestão em Cooperativismo, visando a levantar informações sobre fornecedores, o processo de produção e o mercado de polpa de frutas nos referidos municípios, o que abrange dados sociais, econômicos e ambientais; e 3) a análise dos dados, visando a verificar o efetivo potencial de sustentabilidade deste empreendimento considerando as cinco dimensões antes mencionadas a partir dos dados obtidos.

Este artigo é composto por quatro partes, sendo a primeira delas esta introdução, que pretendeu situar o lugar de fala do autor e o contexto histórico e socioambiental no qual o empreendimento está imerso, para que se compreenda a sua sustentabilidade em diálogo com tal contexto. A segunda parte tem como objetivo delimitar o referencial teórico e a metodologia utilizada na pesquisa. A terceira parte expõe os resultados alcançados pela pesquisa, e a quarta e última parte tece conclusões acerca do que foi observado, travando uma relação entre a teoria na qual a pesquisa se embasa e os resultados obtidos.

REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

A análise do empreendimento que é a agroindústria de produção de polpa de frutas, frutas desidratadas e doces de frutas do assentamento Lulão não pode ser realizada, sob uma perspectiva sociológica, descolada de uma teoria social mais ampla. Aqui propomos uma discussão teórica que abrange essencialmente três questões: 1) em uma perspectiva mais ampla de reflexão sobre a sociedade, a discussão acerca do socialismo, suas falhas históricas e a nova perspectiva socialista que se abre com os movimentos sociais do campo, como o MST, relacionando o ambientalismo com o socialismo, visando a uma superação do produtivismo *ad infinitum* do sistema capitalista, e a necessidade de se atentar à dimensão da tomada e transformação das forças produtivas, além da tomada do estado, o que hoje pode ser compreendido no Brasil como a Economia Solidária, que possui diversos entendimentos teóricos distintos, mas possui, conforme a discussão teórica referenciada por esta pesquisa, o potencial de cumprir esta tarefa ao aliar-se aos movimentos de transformação da sociedade capitalista; 2) a definição do que se entende como desenvolvimento sustentável e como sustentabilidade; e 3) a questão da evasão da juventude rural, que tornou-se um problema a ser enfrentado pelos movimentos sociais do campo, o que resultou na formação da juventude rural enquanto ator político que reivindica a melhoria de vida na zona rural e cria uma identidade de juventude rural que gera pertencimento aos jovens para a permanência no campo. A partir deste embasamento teórico, será delineada a metodologia de pesquisa, relacionando os objetivos desta com os métodos e técnicas de compreensão da realidade.

A pesquisa insere-se na discussão teórica acerca que reflete sobre o modelo de sociedade capitalista, sua lógica intrínseca de acumulação de capital por meio de lucro, e seus limites enquanto modelo socioeconômico para a civilização humana. Neste sentido, partimos do referencial marxista de análise da realidade para que possamos enxergar que a atual crise ambiental a qual estamos passando relaciona-se diretamente com a lógica de acumulação do capital do sistema capitalista Michael Löwy (2013), um dos idealizadores do Ecosocialismo, trata exatamente desta questão para explicar esta vertente ideológica. A crítica ao sistema capitalista, ponto central da teoria marxista, é retomado frente a uma nova realidade, na qual as consequências de expansão infinita de uso dos recursos naturais do planeta chegam a um nível preocupante quanto à sustentabilidade da vida humana.

A questão da ecologia, do meio ambiente, é a questão central do capitalismo; para parafrasear uma observação do filósofo da Escola de Frankfurt Max Horkheimer – “se você não quiser falar do capitalismo, não adianta falar do fascismo” – eu diria, também: se você não quer falar do capitalismo, não adianta falar do meio ambiente, porque a questão da destruição, da devastação, do envenenamento ambiental é produto do processo de acumulação do capital. (...) Precisamos pensar, portanto, em alternativas radicais, alternativas que coloquem outro horizonte histórico, mais além do capitalismo, mais além das regras de acumulação capitalista e da lógica do lucro e da mercadoria. Como uma alternativa radical é aquela que vai à raiz do problema, que é o capitalismo, essa alternativa é o ecosocialismo, uma proposta estratégica, que resulta da convergência entre a reflexão ecológica e a reflexão socialista, a reflexão marxista. (p. 81)

Associando uma questão a outra, Löwy, dentro da perspectiva do ecossocialismo, observa como o motor central, a locomotiva – para utilizar uma metáfora – que puxa a civilização moderna rumo à destruição do próprio planeta é a mesma lógica do capitalismo de acumulação *ad infinitum* de capital, que Marx denuncia desde o século XIX. Neste sentido, critica às críticas ao marxismo que afirmam que Marx propunha um sistema tão produtivista quanto o sistema capitalista, o que pôde ser observado nas experiências do socialismo real. Entretanto, a obra de Marx, como bem defende Löwy, busca exatamente o oposto, uma outra vertente de produção e reprodução da vida.

Muitos ecologistas criticam Marx, por considerá-lo um produtivista tanto quanto os capitalistas. Tal crítica me parece completamente equivocada: ao fazer a crítica do fetichismo da mercadoria, é justamente Marx quem coloca a crítica mais radical à lógica produtivista do capitalismo, à ideia de que a produção de mais e mais mercadorias é o objetivo fundamental da economia e da sociedade capitalistas. O objetivo do socialismo, explica Marx, não é produzir uma quantidade infinita de bens, mas sim, reduzir a jornada de trabalho, dar ao trabalhador tempo livre para participar da vida política, estudar, jogar, amar. Portanto, Marx fornece as armas para uma crítica radical do produtivismo e, notadamente, do produtivismo capitalista. (p. 82)

A chave deste processo de transformação da sociedade está, para Löwy, na luta pela tomada e transformação não apenas do estado, como foi a ênfase da teoria de Marx, principalmente devido ao episódio histórico de tomada do poder estatal da Comuna de Paris, vivenciada por este autor. Trata-se também da transformação das forças produtivas, ou seja, das tecnologias utilizadas pelo sistema capitalista para manter a exploração dos trabalhadores e o acúmulo infinito de capital por uma minoria. A apropriação das forças produtivas e a mudanças de sua orientação para um planejamento democrático de alocação dos recursos que preze pelo bem-estar da classe trabalhadora e pela preservação dos recursos naturais revela-se como a tarefa histórica que atualmente é necessário realizar conjugada com a tomada e reorientação do estado em favor destas iniciativas cooperativas e solidárias da classe trabalhadora.

Neste sentido, partimos do referencial teórico que entende que a Economia Solidária pode representar exatamente este movimento de apropriação e reorientação das forças produtivas do sistema capitalista (SCHMIDT, 2010). e movimento de transformação da sociedade capitalista.,

(...) a economia solidária pode ser uma das frentes de luta contra o capitalismo e um dos elementos essenciais para a recomposição de um modelo de sociedade socialista. Afirmamos também que isto só será possível na medida que a economia solidária se articular com os demais movimentos sociais que buscam a transformação social. É necessário também como mencionamos na secção anterior construir mediações entre o objetivo estratégico e o estágio atual da economia solidária. (p. 10)

Entretanto, para isso é necessário a compreensão de que esta nova forma de fazer economia está imersa no sistema capitalista, que disputa cotidianamente recursos da Economia Solidária e da classe trabalhadora para interesses privados de acumulação de capital e desenvolvimento de forças produtivas capitalistas. Assim, é necessário reconhecer que a disputa por recursos no pano macroeconômico

também é uma luta da Economia Solidária, para além da busca por solidariedade, cooperativismo e democracia no interior dos empreendimentos solidários.

A construção destas mediações implicam em reconhecer que a economia solidária está imersa numa sociedade capitalista e num contexto neoliberal onde se acentua a polarização entre as classes sociais, sendo a distribuição crescentemente desigual da renda e principalmente da riqueza uma de suas características essenciais. (...) As lutas dos trabalhadores na defesa de seus interesses cotidianos dizem respeito em geral à distribuição de renda. A economia solidária poderia agregar a luta pela distribuição da riqueza acumulada pelos capitalistas. Isto daria um caráter de luta de classes conjugado ao interesse de expansão da economia solidária. (p. 14).

Da mesma forma podemos associar a luta dos movimentos sociais do campo por terra e recursos para uma vida digna no campo. A luta do MST envolveu desde seu início a discussão acerca de como organizar empreendimentos com princípios socialistas, solidários e democráticos (BRUNET, 2018). Seu combate direto ao agronegócio, à monocultura extensiva e à utilização de agrotóxicos, visando à promoção de uma forma alternativa de vida no meio rural: a agroecologia, relaciona-se diretamente com a discussão teórica do ecossocialismo, na medida em que trava uma iniciativa direta de tomada e transformação das forças produtivas reorientando-as para o bem-estar da coletividade e uma convivência mais harmônica e respeitosa com meio ambiente.

Assim, partimos da discussão teórica que atrela a construção da economia solidária com os demais movimentos de transformação da realidade, com a perspectiva de um modo de produção mais igualitário que não vise permanentemente ao lucro incessante das elites e a desarticulação empobrecimento da classe trabalhadora, além da destruição ameaçadora dos recursos naturais. Um novo modo de vida, uma nova civilização é o que propõem o ecossocialismo, enxergando como ponto central, além da tomada e reorientação do estado, a tomada e reorientação das formas produtivas.

Desenvolvimento sustentável e os critérios de sustentabilidade

O conceito de desenvolvimento local sustentável, que pode ser entendido como processo que

Deve mobilizar e explorar as potencialidades locais e contribuir para elevar as oportunidades sociais e a viabilidade (...) da economia local; ao mesmo tempo, deve assegurar a conservação dos recursos naturais locais, que são a base mesma de suas potencialidades e condição para a qualidade de vida da população local (BUARQUE, 2008).

Este modelo de desenvolvimento configura um processo lento e gradual, no qual as condições de sustentabilidade são construídas paulatinamente ao nível do território, articulado com a comunidade externa. Ressalta-se que o conceito não serve para enquadrar a forma de organização dos agricultores. O desenvolvimento local sustentável embasa-se no empoderamento dos atores envolvidos e no respeito às características étnicas, culturais e ambientais do local onde ele é construído. Os sistemas locais de produção e a produção tecnológica local são valorizados e servem de base para a construção do

desenvolvimento, de forma que ele favorece a preservação dos valores e costumes locais das comunidades rurais.

Assim, o desenvolvimento local sustentável não se confunde com a imitação de sistemas produtivos externos à comunidade, pois é construído de acordo com as características e demandas locais. Por isso, precisa embasar-se nas formas de organização social e econômica já vigentes na comunidade rural em questão.

Neste sentido, é necessário apoiar-se em uma definição precisa do conceito de sustentabilidade, muitas vezes ambíguo. A sustentabilidade de um território não pode ser avaliada apenas segundo critérios economicistas, ou seja, com ênfase prioritária na rentabilidade financeira da produção (FRANÇA FILHO & SANTANA JUNIOR, 2007). A avaliação da sustentabilidade a partir de diferentes dimensões da vida permite maior aprofundamento na compreensão do desenvolvimento local pela explicitação das distintas facetas das atividades produtivas. Representa um recurso analítico importante para auxiliar a compreender as atividades produtivas enquanto parte da cultura indígena local, evitando o risco de que a visão externa sobre as atividades produtivas prejudique outras dimensões da vida que não a econômica. Portanto, a avaliação da sustentabilidade deve ter como pressuposto a indissociabilidade das dimensões econômica, social, cultural, política e ambiental, que devem ser compreendidas enquanto conjunto na vida do território. Neste sentido, diferentes métodos e técnicas precisam ser empregados para a apreensão de tão variadas dimensões.

O êxodo e o ator político da juventude rural

Parte-se do entendimento de que juventude não constitui um conceito dado e isento de interpretação, e sim uma palavra com múltiplos significados que pode ser utilizada para diferentes fins de acordo com os interesses que estão em jogo em uma determinada situação social. A intenção em torno da qual se pretende categorizar juventude como um segmento social finito deve estar explícita quando se realiza estudos sobre este tema. Bourdieu (1983) lembra, ainda, que as disputas entre gerações mais jovens e mais velhas são frequentes em todas as sociedades, o que pode ser evidenciado pela manipulação ou controle que as gerações mais velhas incitam nas gerações mais jovens, por exemplo, atribuindo características de como deveria ser um bom ou um mal jovem. A noção de juventude é, portanto, politizada, ou seja, passível de ser disputada em torno de definições atreladas a interesses concretos.

Como já esclarecido, o segmento social aqui em evidência, e o qual se está referindo como juventude, é a geração que passa a assumir a gestão dos empreendimentos rurais do MST. Tal segmento está assim sendo representado devido à recente afirmação da categoria juventude enquanto ator político no seio dos movimentos sociais como um todo, incluindo os movimentos de trabalhadores rurais, que

tratam especificamente da juventude rural, tendo conhecimento sobre o fenômeno do êxodo rural da juventude, e buscando, em parceria com o Estado e outras instituições, modificar tal tendência. Esta é exatamente a construção da juventude rural enquanto ator político, delimitando teoricamente seu perfil e evidenciando a necessidade de se atentar a ele com o auxílio de políticas públicas e demais iniciativas, dialogando principalmente com a questão do êxodo rural deste segmento.

É possível verificar que, em extenso estudo sobre a evasão da juventude rural, Castro et al. (2009) demonstram como esta categoria está marcada pela subalternidade, tanto nas relações entre gerações observadas nas famílias patriarcais no meio rural, quanto na literatura científica, em que a juventude é majoritariamente representada como um período de transição entre a infância e a vida adulta, assumindo implicitamente esta última como fim a ser alcançado no período da juventude. Como afirmam estes autores (ibid.):

No caso da juventude rural, há também o peso de uma percepção hegemônica sobre juventude que a exclui. Observamos a reprodução de uma perspectiva acadêmica, que tem referência em um universo padrão de grandes metrópoles urbanas. (...) Por um lado, ser jovem no meio rural brasileiro implica enfrentar um meio rural desigual e violento. Um meio rural que se aproxima espacialmente da cidade, mas que enfrenta a hierarquia entre campo e cidade que permanece reproduzida na sociedade brasileira. Essa hierarquia é vivenciada na diferença de acesso a bens e serviços, mas se expressa também em práticas que estigmatizam ser do campo. (p. 191).

A singularização da categoria de juventude rural – entendida como atrelada à construção do ator político no contexto antes descrito – apresenta, assim, um duplo desafio: ao mesmo tempo necessita afirmar-se enquanto categoria diferenciada no meio rural e diferenciar-se da juventude urbana. Entram em jogo, então, elementos que dialogam com a perspectiva desta investigação: de acordo com Castro et al. (ibid.),

O que é apontado como diferente pelos jovens dos movimentos sociais rurais em relação aos jovens urbanos são elementos identitários que reforçam laços com o espaço rural como lugar de vida, de trabalho, de relação com a natureza. Um espaço distinto da cidade, que seria melhor se tivesse acesso a bens e serviços que, atualmente, estão ainda restritos ao espaço urbano. Portanto, a identidade rural é construída de forma contrastiva em relação ao urbano, mas sem representar ruptura com a cidade. De fato, a identificação como jovens reforça diálogos e aproximações entre os distintos contextos e “juventudes”. (loc. cit.).

Essa distinção criada a partir de uma identidade rural está atrelada especificamente à juventude dos movimentos sociais rurais, justamente na busca de construir o ator político da juventude rural. Tais elementos identitários são, pois, permeados pela identidade dos movimentos sociais rurais. A juventude aqui investigada compõe este segmento social, que dialoga com o universo de significados dos movimentos sociais do campo. A construção de suas identidades tem forte referência nestes elementos.

Cabe ainda destacar uma diferença importante constatada entre a juventude rural dos movimentos sociais rurais e a média da juventude rural. Pesquisas revelam marcas distintas do perfil social observado na juventude dos movimentos sociais, especialmente no que tange à escolaridade. Em

dados da PNAD, o índice de escolaridade dos jovens que participam de movimentos sociais é elevado, se comparado a outras referências estatísticas. Esse se mostrou bem acima da média dos jovens que vivem nos assentamentos rurais levantada pela PNERA (2005), e da média geral de escolarização do jovem brasileiro de domicílio rural aferida pela PNAD (2006). Tais dados demonstram, contrariando concepções do senso comum, como a participação política incide positivamente sobre os estudos da juventude, revelando também o interesse desta juventude em estudar.

À guisa de síntese conclusiva, podemos afirmar que o modelo de desenvolvimento promovido no Brasil volta-se essencialmente ao latifúndio e ao agronegócio, negligenciando condições qualificadas de vida no meio rural brasileiro. O êxodo rural da juventude é calcado neste cenário, de falta de alternativas concretas de trabalho, educação, saúde e lazer, para tomar alguns aspectos como exemplo. Assim, não é possível afirmar que a identificação com as culturas juvenis urbanas seja um elemento único para o entendimento do êxodo da juventude rural, pois tal condição subjetiva soma-se às condições objetivas antes apresentadas. Pelo contrário a identidade da juventude dos movimentos sociais do campo sustentam a vontade de lutar por trabalho, educação e lazer de qualidade no meio rural, estando presente nas suas práticas, por exemplo, como gestores de empreendimentos rurais, que consiste exatamente em uma alternativa de trabalho.

Metodologia

A metodologia embasa-se nas diferentes dimensões de sustentabilidade antes citadas: social, cultural, política, econômica e ambiental. Para alcançar estas diferentes dimensões foram utilizadas os métodos de etnografia e participação observante, que permite compreender principalmente aspectos das dimensões social, cultural e política, mas também permite compreender aspectos das dimensões econômica e ambiental que não seriam possíveis com questionários rápidos sobre estas dimensões. A vivência contínua e permanente, além da própria atuação enquanto agricultor familiar permite que se tenha uma visão diferenciada acerca de elementos econômicos e ambientais que envolvem estes territórios. Assim, na metodologia proposta, a etnografia cumpre um papel importante no esforço de resgatar uma concepção unitária da ciência social mais adequada ao trabalho de campo e à relação direta com a realidade que se quer analisar, como é o caso.

Também permite encontrar um ponto de observação no interior do processo analisado, possibilitando uma vivência e um conhecimento primário da situação. Em outras palavras, propicia reconstruir a situação dos assentados do MST a partir de onde eles estão, com eles, na base de uma participação observante no processo analisado. Neste sentido, o pressuposto metodológico orientador da pesquisa é a participação observante (WACQUANT, 2008). É uma sociologia “rente ao solo” que associa, epistemologicamente e moralmente, a construção de conhecimento sobre os territórios do MST

dentro dos espaços coletivos do movimento, que não são apenas pontos de observação, mas um lugar de encontro e de vivência concreta das questões aqui analisadas. Portanto, como diz Wacquant (*ibid.*), não se trata somente de uma janela para observar a vida dos assentamentos do MST, mas também de um espaço intenso de participação e de construção de conhecimento.

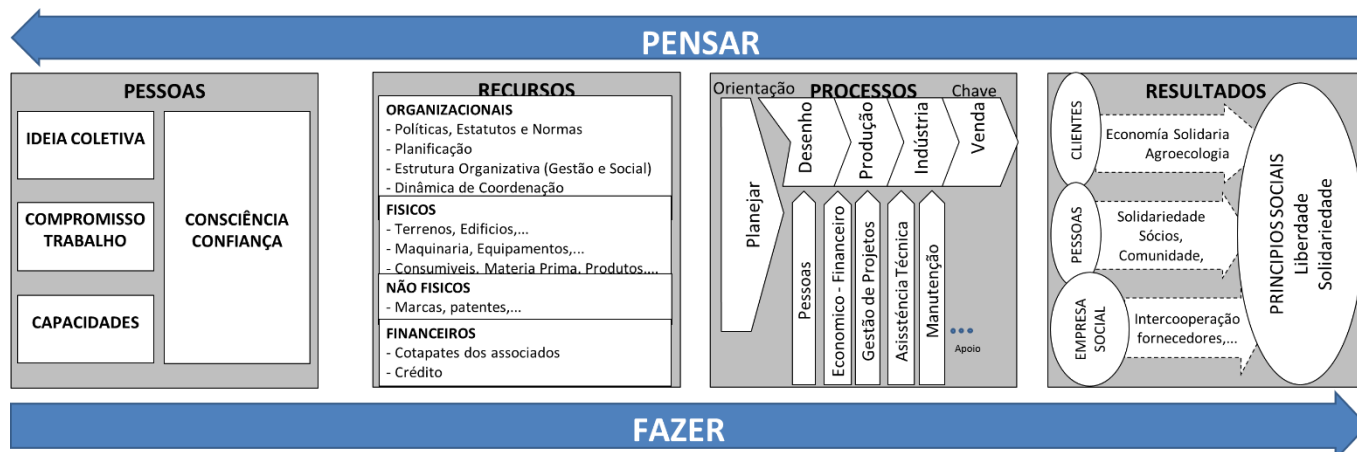
Assim, articulam-se duas dimensões conexas, diferentes, mas de fato estreitamente ligadas: uma “microsociologia carnal” (*ibid.*) da aprendizagem do trabalho e da vida no assentamento e no movimento, dando neste universo um “corte” particular visto a partir do interior; e uma sociologia histórica e teórica da luta pela Reforma Agrária no Brasil, do MST e de suas particularidades na região do extremo sul baiano. O objetivo, aqui também, é o de criar os meios para compreender as relações sociais no cotidiano: o que representam e tudo o que isso imprime ao nível das categorias, dos desejos, do sentido de si e das relações com os outros. Na realidade, não se pode compreender o empreendimento de polpa de frutas sem focar o MST e seu significado de resistência e de construção de novas possibilidades para uma população historicamente marginalizada no plano material e simbólico.

Neste contexto, a observação de campo desempenha um papel-chave, e concordamos com Wacquant (*ibid.*) quando diz que a etnografia também desempenha um papel importante em dois registros analíticos: como instrumento de ruptura com a *doxa* política e intelectual, e como utensílio de construção teórica. As observações registadas dia a dia no assentamento, nos eventos, nas instâncias, nas formações, permitem elaborar as noções que utilizamos para descodificar as práticas sociais e a experiência vivida pelos assentados. Mais além de um estudo do empreendimento no cenário dos assentamentos do MST como local de organização social – espaço de resistência e de construção de alternativas de produção e de vida – a observação etnográfica permite efetuar uma dupla superação, com a representação dominante sobre o MST e com o senso comum e político sobre o tema. Eis uma etnografia orientada por um projeto político e teórico.

Além deste método, foram utilizados também métodos e técnicas para a análise do empreendimento oriundos do curso Técnico em Gestão de Cooperativas (TGC), realizado em parceria do MST com a Fundação Mundukide, fundação do Complexo Cooperativo Mondragón, do País Basco, na Espanha, uma das maiores referências em cooperativismo do mundo. Estes métodos têm um enfoque maior nas dimensões econômica e ambiental, mas perpassando as dimensões social, cultural e política também. Foram realizados com a participação dos atuais gestores e trabalhadores da agroindústria.

O primeiro dos métodos utilizado é o Pessoas-Recursos-Processos-Resultados (PRPR), método que engloba o planejamento coletivo e participativo de empreendimentos cooperativos e a execução e monitoramento deste planejamento. O método é esquematizado na Figura 4.

Figura 4 – Esquema do método Pessoas-Recursos-Processos-Resultados (PRPR).



Fonte: Fundação Mundukide.

Este método envolve a compreensão dos empreendimentos cooperativos enquanto um processo que, ao ser pensado coletivamente, deve partir dos resultados, ou seja responder inicialmente à questão: onde queremos chegar? Posteriormente é pensado os processos necessários para se obter os resultados desejados, em seguida os recursos necessários e finalmente as pessoas necessárias a este processo todo. Entretanto, no momento de realizar a gestão do empreendimento, o seu fazer será na ordem inversa do pensar, partindo das pessoas que irão fazer (já de acordo com o planejamento coletivo idealizado), buscando os recursos previstos, para realizar enfim os processos práticos do empreendimento em questão para, finalmente, chegar aos resultados inicialmente pretendidos. É um método já utilizado para cooperativas e empreendimentos solidários em diversos lugares do mundo e é modificado conforme sua prática ensina novos conhecimentos. Tal método permite que organizamos o processo de gestão e facilita o planejamento coletivo.

Associado a este método está a técnica da Matriz FOFA (Fortalezas-Oportunidades-Fraquezas-Ameaças), técnica que é utilizada em outros contextos, mas adaptada para o método PRPR para o diagnóstico e planejamento de empreendimentos. O método PRPR associado à técnica de Matriz FOFA permitiu levantar informações sobre o empreendimento para a análise de sua sustentabilidade em diferentes dimensões, como será demonstrado a seguir.

Além desta, foi realizado, ainda no âmbito das atividades acompanhadas do curso TGC, um Demonstrativo de Resultado Econômico (DRE) do empreendimento como está atualmente, e um fictício em acordo com o planejamento realizado com os gestores e trabalhadores do empreendimento. O DRE nos auxilia fundamentalmente na compreensão da dimensão econômica, apesar de as dimensões sempre estarem relacionadas.

Ainda no âmbito do curso TGC, foram feitas entrevistas estruturadas com os gestores e trabalhadores do empreendimento, visando a compreender a realidade do empreendimento e da organização social e econômica do assentamento como um todo; foram realizadas reuniões com o coletivo de juventude, visando a verificar o seu interesse em participar da gestão da agroindústria.

Além destas, foram feitas entrevistas com fornecedores, que são todos assentados do MST, em acordo com os princípios do movimento de priorizar a compra dos próprios assentados e estimular o plantio agroecológico, visando a verificar o potencial de produção das áreas do MST e se estas dariam conta de fornecer matéria-prima para a produção que se estava projetando, além de medir o tamanho das áreas que poderiam ser beneficiadas com o plantio agroflorestal e sua relação com o ecossistema do entorno, preocupação referente à dimensão ambiental; e finalmente foram feitas pesquisas simples de mercado de polpa de frutas, frutas desidratadas e doces de frutas nos pontos de comercialização com potencial de serem futuros compradores em Porto Seguro, em Veracruz (distrito de Porto Seguro próximo ao Lulão) e em Eunápolis, com o objetivo de verificar potenciais compradores para a produção que se estava projetando para o empreendimento. Os resultados destas pesquisas, no entanto, serão abordados de forma sintética devido ao limite de extensão do artigo.

RESULTADOS

No que tange à etnografia e à participação observante realizada, diversos elementos poderiam ser levantados. Com o objetivo de verificar a sustentabilidade do empreendimento, serão levantadas observações acerca dos processos coletivos de trabalho e às relações humanas, que se revelam como pressupostos culturalmente inerentes às áreas do MST às quais pesquisei. A primeira questão trata-se da famosa tradição “coronelistas”. As lideranças tornam-se referências muito fortes e centralizam o poder e as decisões do movimento. Observa-se muita exploração do trabalho dos acampados por parte das lideranças, sob pena de não receberem o lote se não trabalharem. O estímulo de trabalhar apenas para receber o lote faz com que, quando as pessoas recebem os lotes, ou seja, quando o acampamento se tornar assentamento, as pessoas não mais se comprometerão com tarefas coletivas, ou do movimento, pois foram tão exploradas durante o período de acampamento que terão raiva ou desprezo pelas atividades do MST.

Escondidos das lideranças, os acampados desabafam entre si que não aguentam mais serem explorados e humilhados, tendo que trabalhar de graça para resolver os problemas pessoais das lideranças. A forma deles resolverem este problema é, portanto, um compromisso silencioso entre acampados para tentar esquivarem-se quando podem deste trabalho explorado. Na frente das lideranças, ou “em praça pública”, não expressam sua verdadeira opinião, omitindo-se ou disfarçando, tentando colocar de forma mais sutil seus problemas, sob pena de serem punidos com humilhação pública ou

perdendo seu lote. As lideranças abrem espaço para os acampados falarem durante as assembleias e reuniões do coletivo, mas é um espaço que não consegue ser devidamente utilizado para que estes exponham suas verdadeiras opiniões.

A maneira das lideranças garantirem que as tarefas sejam feitas torna-se, assim, uma reprodução da antiga relação coronelista do meio rural da região, com alguns toques de relação patrão-empregado do liberalismo moderno, em que o empregado possui um pouco mais de liberdade do que na época dos coronéis, mas continua submisso e dependente de uma grande liderança. Neste contexto, a viabilização de uma cooperativa demandaria previamente um processo de discussão sobre as relações de trabalho que envolveriam o processo produtivo, sob pena de reproduzir as relações de exploração já existentes.

Visivelmente constata-se a falta de comprometimento dos acampados e assentados com o coletivo. Este problema está diretamente ligado ao primeiro, pois os acampados e assentados não se sentem responsáveis pelos problemas coletivos. Por um lado, reproduzem o individualismo geral do mundo moderno, que assola a todos, preocupando-se apenas consigo e sua família. Por outro, a ausência de transparência e participação nas decisões coletivas agrava esta situação.

As lideranças tentam resolver este problema como podem. Inicialmente, tentam apelar a um discurso de conscientização sobre a importância de todos se unirem e preocuparem-se com o coletivo. Uma parte dos acampados e assentados (que costuma ser traduzida como os 30%, em analogia à quantidade média de pessoas que em geral se compromete com o coletivo nestas áreas) motiva-se e reitera este discurso, e de fato comprometem-se como podem com as tarefas coletivas. Entretanto a maioria foi motivada desde o início do acampamento por interesses individuais, e mantém estes interesses acima do coletivo. Assim, as lideranças também precisam lançar mão de discursos de punição e humilhação pública, para que os acampados e assentados cumpram minimamente suas tarefas. Este problema poderia ser combatido com mais eventos culturais de caráter solidário, além de maior transparência e participação nas decisões e recursos coletivos.

Associado a esse cenário, é possível verificar a falta de transparência das relações econômicas, financeiras e até mesmo das relações sociais entre as pessoas, e também se relaciona aos anteriores. Não tivemos acesso a nenhuma prestação de contas pública ou em privado, mesmo tendo indagado lideranças sobre o caixa de diversas entidades: associações das áreas, a cooperativa regional. Visivelmente há dificuldade em expor esta questão. A transparência é um princípio necessário para relações de trabalho coletivas mais horizontais, pois sem ela as pessoas que não tomam parte nas decisões sobre os recursos coletivos só poderão aceitar este modelo sob ignorância, submissão ou humilhação. A seguir serão expostos os resultados das matrizes FOFA realizados em conjunto com os

gestores e trabalhadores da agroindústria, que revelam as Fortalezas-Oportunidades-Fraquezas-Ameaças de cada etapa do planejamento PRPR.

Quadro 2 - Matriz FOFA da agroindústria de polpa de frutas do Lulão.

PESSOAS		RECURSOS	
FORTALEZAS	FRAQUEZAS	FORTALEZAS	FRAQUEZAS
IDEIA COLETIVA		ORGANIZACIONAIS	
Atualmente tem um grupo coeso de 4 pessoas na agroindústria, dentre elas o coordenador do Lulão	Ideia da agroindústria foi construída de cima para baixo por meio de projetos externos	Agroindústria bem inserida na organicidade política do MST	Faltam estruturas organizacionais próprias da agroindústria, separadas da associação e coordenação do MST
22 famílias do Lulão participam com fornecimento de matéria-prima		Reuniões da coordenação do Lulão	
		Trabalho coletivo do assentamento nas quartas-feiras	
COMPROMISSO TRABALHO		FÍSICOS	
Grupo de produção e coordenador do assentamento são comprometidos com o empreendimento	Pouco interesse da maioria dos assentados	Sede da associação com escritório	Falta câmara de congelamento ou mais freezers para aumentar estoque de polpas
Em geral filhos de assentados se comprometem com fornecimento		Fábrica de polpas e Casa de doces em perfeito estado de conservação	
		Camionete própria	Falta uma mesa de inox na casa de doces
		Desidratador de frutas	
CAPACIDADES		NÃO FÍSICOS	
Trabalhadores da agroindústria tiveram capacitação para processamento de polpa	Necessita qualificação para o plantio e manejo de frutíferas	Selo do MST	Falta Selo de Inspeção Municipal (SIM)
	Necessita qualificação para a administração do empreendimento		Falta alvará sanitário
			Sem marca definida
CONSCIÊNCIA / CONFIANÇA		FINANCEIROS	
GP tem consciência da importância da agroindústria na luta do MST	Atravessadores disputam a confiança de produtores de frutas das áreas do MST com o grupo de produção da agroindústria	Apoio financeiro do MST	Caixa zerado
			Fluxo financeiro anual costuma dar zero ou negativo
			Sem crédito ou projetos
OPORTUNIDADES		OPORTUNIDADES	
Fortalecer este processo produtivo pode gerar alternativas sustentáveis de trabalho e renda para produtores das áreas do MST	Acúmulo excessivo de tarefas e desgaste do grupo de produção	As estruturas já existentes permitem gerar um processo produtivo que crie caixa para o empreendimento	Perder as estruturas físicas por falta de caixa para manutenção
	Atravessadores ganharem a confiança dos produtores do MST	Prefeitura de Porto Seguro está apoiando a Certificação Orgânica Participativa	
PROCESSOS		RESULTADOS	
FORTALEZAS	FRAQUEZAS	FORTALEZAS	FRAQUEZAS
PLANEJAMENTO		PRINCÍPIOS	
	Sem planejamento definido, produz-se só em 5 meses do ano	Grupo de produção é comprometido com os princípios do MST	Agroindústria mantém hierarquia das relações sociais tradicionais
		Agroindústria simboliza/divulga princípios da alimentação saudável e Reforma Agrária Popular do MST	
Produtos de fruta saudáveis, 100% integrais/naturais, sem conservantes	Há uso de veneno na produção de frutas nas áreas do MST	Fortalece territórios do MST com geração de trabalho e renda	
A produção de frutas nas áreas do MST gera SAFs e biodiversidade	Na maioria dos casos, o plantio de frutas é feito em monocultivo		
PESSOAS		CLIENTES	
Trabalhadores da agroindústria definidos e comprometidos, com experiência no processo produtivo	Mesmos gestores da associação e da coordenação do Lulão	Vende nas feiras de Reforma Agrária, e já tem fama de polpa de qualidade	Sem clientes e pontos de venda
Fornecedores são de áreas do MST, de fácil articulação e negociação		Entre os clientes destes espaços	Está fora do mercado institucional
ECOFIN		PESSOAS	
Há controle de entrada de matéria-prima e saída de produtos	Sem visão econômica	Gera solidariedade entre os membros do grupo de produção	Centralizado, desgasta o
Há controle de caixa da agroindústria separado da associação	Sem informações de mercado	Inclui mulheres e jovens	
	Processo produtivo anual sempre gera caixa zero ou negativo	Gera renda e coesão aos produtores de frutas das áreas do MST próximas	
PROJETOS		AGROINDÚSTRIA	
Plantio de 6 ha de frutas em área coletiva do assentamento Lulão	Sem projetos de apoio	Só compra matéria-prima de áreas do MST	Falta articulação com a cooperativa regional e outras agroindústria de polpas do MST
Futura instalação de irrigação nos 6 ha			Saldo zero ou negativo
OPORTUNIDADES		OPORTUNIDADES	
Já há processo produtivo e fornecedores definidos, o que facilita aumento da produção	Processo produtivo dependente de disponibilidade de matéria-prima e mercado apenas em 5 meses do ano (jul., dez. a mar.) é insustentável economicamente	Ganhar mercado de produtos frutícolas saudáveis	Falência, se não gerar sobras/lucros nos próximos anos
		Gerar alternativa de trabalho para os produtores das áreas do MST	Ficar centralizado, reproduzindo modelo vigente
		Estímulo a implementação de SAFs nas áreas do MST	

Fonte: pesquisa do autor.

A partir deste quadro, é possível verificar um cenário complexo com uma série de variáveis para considerarmos sobre a sustentabilidade do empreendimento em questão. Verifica-se uma série de oportunidades e elementos que revelam o potencial de sustentabilidade social, cultural e política, no que tange à participação do coletivo de juventude e das mulheres no processo de produção. Em questionário realizado com os gestores e trabalhadores, verificou-se que 26 das 57 famílias do Lulão participam da agroindústria, sendo 24 com fornecimento e 4 com trabalho direto no processamento, gestão e comercialização. Das famílias fornecedores, a maioria são filhos de assentados, que têm o fornecimento à agroindústria como renda própria além da renda familiar já auferida por seus pais responsáveis. Assim, o potencial de participação e engajamento da juventude é grande, como foi verificado também nas reuniões com o Coletivo de Juventude do assentamento. O coordenador deste coletivo é um dos 4 trabalhadores da agroindústria e demonstrou interesse em articular o Coletivo para ajudar na gestão do empreendimento, destacando a importância do aprendizado com este processo; A agroindústria revela-se, desta forma, como alternativa de renda para a juventude rural do Lulão, na contramão de boa parte da juventude das áreas do MST que não enxergam futuro em viver e trabalhar nos territórios do movimento.

Além disso, o potencial do empreendimento em promover o plantio de agroflorestas associados a alternativas de geração de renda dentro dos territórios do MST revela que o empreendimento apresenta um potencial em sustentabilidade econômica e ambiental nestes territórios. A forma de plantio e o estímulo à agroecologia, à agrofloresta e à produção orgânica, como verificado, é uma das chaves do empreendimento, que pode alavancá-lo a um diferencial no mercado de compra de produtos saudáveis. A oportunidade existente de apoio à produção orgânica na cidade de Porto Seguro, principal mercado deste empreendimento, demonstra ser uma porta que se abre a esta agroindústria. Em pesquisa de mercado, foram verificadas dois potenciais compradores do nicho de produtos orgânicos que demonstraram se interessar pelo produto da agroindústria.

No que tange às fraquezas e ameaças, verifica-se que o próprio planejamento econômico e aumento da produção da agroindústria é condição *sine qua non* para a sustentabilidade deste. A manutenção do empreendimento a médio e longo prazo não será possível mantendo a produção atual, que permanece com caixa zero, mas necessita gerar capital de giro se manter, como demonstra o DRE realizado. No planejamento coletivo, foi feito DRE com a produção de 500 kg/semana, o que é ainda inferior ao potencial máximo da agroindústria. Com esta produção seria possível a rentabilidade anual de R\$ 39.120,00, considerado pelos gestores do empreendimento um bom início no aumento da produção. Um forte agravante é a produção apenas em cinco meses devido à baixa de mercado e à falta de fornecedores. Esta realidade talvez precise ser superada à curto prazo com a compra de fornecedores externos às áreas do MST. A médio e longo prazo, é preciso adaptar a produção da agroindústria aso

ciclos naturais das frutíferas, de modo a envolver espécies e variedades de frutíferas que permitam uma produção mínima, conforme o planejamento coletivo, ao longo do ano todo. Em visita aos fornecedores, estes afirmam que um processo destes poderia ser possível, mas necessita ser pensado a longo prazo e com o desenvolvimento de maior confiança entre fornecedores e o empreendimento.

CONCLUSÕES

Diversas conclusões já foram apresentadas ao longo da pesquisa. Neste momento, faremos uma retomada do debate teórico para refletir acerca do potencial de sustentabilidade do empreendimento que é agroindústria de polpa de frutas do assentamento Lulão e sua relação com os movimentos de transformação da sociedade capitalista na perspectiva do ecossocialismo e da economia solidária, relacionando-o finalmente com a luta da juventude rural.

Frente à compreensão da necessidade de atentar-se à tomada e reorientação das forças produtivas, como nos alertas a análise ecossocialista, e frente à necessidade de inserir as demandas ambientais na pauta da luta de classes, podemos observar que a agroindústria é uma conquista muito importante para os trabalhadores dos territórios do MST da Brigada Elias Gonçalves, na medida em que fornece infraestrutura suficiente para alavancar um processo produtivo democrático e participativo de produção, já calcado em um produto com viés ecológica e socialmente correto inclusive como diferencial de mercado. Este é um diálogo direto com os pressupostos do ecossocialismo de mudança dos hábitos de consumo e produção, uma nova forma de vida, uma nova civilização.

A economia solidária desponta, então, como alternativa, dentro da noção de um desenvolvimento sustentável, em oposição ao modelo de desenvolvimento vigente na região a partir das iniciativas da Veracel Celulose. É necessário considerar que o empreendimento não possui potencial isoladamente de promover tais transformações, e sim articulando-se em rede com diversos outros atores do campo e da cidade. Seu exemplo, entretanto, em um assentamento que é modelo para os demais territórios da Brigada Elias Gonçalves, tem um potencial muito grande de demonstrar na prática que uma outra economia e um outro desenvolvimento é possível. Frente a essas potencialidades que se buscou analisar a efetiva sustentabilidade deste empreendimento.

As relações de trabalho e gerenciamento de recursos, conforme revelado principalmente pela etnografia e a participação observante nos diversos espaços do MST demonstram que há uma profunda mudança nas relações hierárquicas de trabalho a ser enfrentada pelo movimento na promoção de empreendimentos que se pretendem igualitários, democráticos e solidários. Este é um fator das dimensões social, cultural e política que possui um forte peso para abalar a sustentabilidade deste empreendimento. Assim, práticas com jovens têm um forte potencial, por tais relações não estarem tão

enraizadas quanto estão nos adultos e idosos, já calejados pelas relações de trabalho ao estilo coronelista ou padrão-empregado nas periferias das cidades ou nas fazendas.

E é por isso que, de forma geral, concluímos que a juventude tem um papel muito importante neste processo de sustentabilidade, que se atrela mutuamente à problematização do êxodo da juventude rural e da construção do ator político da juventude rural a partir de uma identidade própria deste segmento ligada à luta por melhores condições de vida na zona rural e à permanência dos jovens no campo. Como verificado no assentamento Lulão, existe a necessidade de conectar as demandas da juventude com os processos de criação de empreendimento solidários nos territórios do MST, conexão que poderia ser feita já nas escolas, da mesma forma como se começou a pensar no Lulão. A luta por melhoria de vida, dentre outras demandas, envolve fundamentalmente a busca por alternativas de trabalho, que muitas vezes são buscadas em outras localidades, causando o êxodo da juventude rural. A criação de alternativas de trabalho que tenham princípios solidários e democráticos geram empreendimentos com um grande potencial de transformação da realidade. Ao atrelar a juventude a este processo, permite mais facilidade em romper com as velhas relações de trabalho que envolvem exploração e falta de comprometimento. A luta da juventude rural potencializa-se, portanto, se conectada aos empreendimentos solidários, que podem gerar novas identidades desta juventude com o processo de luta do MST de forma geral, o que pode ser trabalhado já desde a escola.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BRUNET, Miguel Bonumá. **A dinâmica das tecnologias sociais em empreendimentos rurais do MST na região nordeste do Brasil. Aproximações entre trabalho cooperativo e identidade da juventude**. In: Anais da VI Conferência Internacional de Pesquisa sobre Economia Social e Solidária - CIRIEC "Economia Social e Solidária, Sustentabilidade e Inovação: enfrentando os velhos e os novos problemas sociais.". Manaus: UFAM, 2018.

BUARQUE, S. C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 4ª ed., 2008.

CASTRO, Elisa Guaraná de *et al.* **Os jovens estão indo embora? Juventude rural e a construção de um ator político**. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica, RJ: EDUR, 2009.

CUNHA, Renato (coord.). **Impactos socioambientais dos investimentos do banco europeu de investimento na Bahia – Brasil. Estudo de caso Veracel Celulose**. Setembro, 2009.

FELBERG, Altamar. **Autonomia e desenvolvimento comunitário no/do campo: contradições e consensos no Assentamento Luís Inácio Lula da Silva, do Movimento Sem Terra–MST–em Santa Cruz Cabrália-Bahia/Brasil**. Dissertação de Mestrado. 2016.

FELBERG, Altamar; SANTOS, Elismar Fernandes dos; SILVA, Geovani de Jesus. **Novas abordagens metodológicas para a pesquisa de campo em comunidades rurais: um estudo de caso no assentamento Luís Inácio Lula da Silva do MST**. Seminário Gepráxis, Vitória da Conquista – Bahia – Brasil, v. 6, n. 6, p 147-164, 2017.

FRANÇA FILHO, G. C. & SANTANA JUNIOR, G. **Economia Solidária e Desenvolvimento Local: uma contribuição para redefinição da noção de sustentabilidade a partir da análise de três casos na Bahia**. Salvador, 2007.

LÖWY, Michael. Crise ecológica, crise capitalista, crise de civilização: a alternativa ecossocialista. **Caderno CRH**, v. 26, n. 67, 2013.

MALINA, Lameirinhas Léa. **A territorialização do monopólio no setor celulístico-papeleiro: a atuação da Veracel Celulose no Extremo Sul da Bahia**. Dissertação de Mestrado, São Paulo: PPGGH-USP, 2013.

SCHMIDT, Carlos. A Economia Solidária: Panacéia do capitalismo post-moderno um caminho para o socialismo. In: **SCHMIDT, Carlos; NOVAES, Henrique T. Economia Solidária e transformação social: rumo a uma sociedade para além do capital**, p. 15-28, 2010.

WACQUANT, Loïc. **As duas faces do gueto**. São Paulo: Boitempo, 2008.

WAQUIL, P. D. **Mercados e comercialização de produtos agrícolas**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010.